

# MODELO DE AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO<sup>1</sup>

Mais modelos em:  
[WWW.DIREITODOEMPREGADO.com](http://WWW.DIREITODOEMPREGADO.COM)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA \_\_\_\_\_ª DO TRABALHO DA  
CIDADE/ESTADO.

## CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

CONSIGNANTE: (NOME DO EMPREGADOR OU DA EMPRESA)

CONSIGNADO: (NOME DO EMPREGADO)

**EMPREGADOR**, inscrito no CNPJ nº ..., situado no (endereço completo), vem, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 840, §1º da CLT e dos artigos 890 e seguintes do CPC propor **AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO** em desfavor de **NOME DO EMPREGADO**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (nº da CTPS, se houver), (nº do CPF e RG), residente e domiciliado no (endereço completo), o que o faz a partir dos argumentos de fato e de direito a seguir expostos.

## I – DOS FATOS

Aqui devem ser narrados os fatos e expostos os motivos pelos quais o Empregador não conseguiu efetuar o pagamento ao Empregado.

<sup>1</sup> MODELO ELABORADO PELA EQUIPE DO BLOG: <http://WWW.DIREITODOEMPREGADO.COM> – Todos os direitos reservados – Fortaleza – 2012. ©

É importante convencer o Juiz que a Empresa quer pagar, porém o empregado, por algum motivo, não recebeu ainda os valores a que tem direito.

## II – DO CABIMENTO

O cabimento da presente Consignação está previsto nos artigos 890 e seguintes do CPC que podem ser aplicados subsidiariamente ao direito processual do trabalho, de acordo com o artigo 769 da CLT, senão vejamos tais disposições legais:

Art. 890. (CPC) Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.

Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

O Código Civil de 2002 tutela o instituto da Consignação em Pagamento, prescrevendo que considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais<sup>2</sup>.

Os casos específicos nos quais pode haver uma consignação em pagamento estão dispostos no artigo subsequente do referido diploma legal:

Art. 335. A consignação tem lugar:

I - se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;

II - se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;

III - se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil;

IV - se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;

V - se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

---

<sup>2</sup> Artigo 334, CC/2002.

No presente caso, a Consignante não obteve êxito no pagamento das verbas rescisórias do Consignado, tendo em vista que.... (informar em qual das hipóteses do artigo 335 do CC/2002 o caso concreto se encaixa)

### **III – DAS PARCELAS CONSIGNADAS**

Aqui, deve-se falar quais as verbas estão sendo pagas para o empregado por meio da presente ação de consignação em pagamento.

Geralmente essas verbas são: Aviso Prévio, Saldo de salário, 13º proporcional, Férias proporcionais + 1/3, bem como a liberação das guias de seguro-desemprego dentre outras, dependendo do caso concreto.

Aconselhamos falar um pouco sobre cada verba consignada.

### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, a Consignante requer o DEPÓSITO da quantia de R\$\_\_\_\_\_ (número por extenso) reais, a ser efetivado no ato de interposição da presente ação, bem como vem apresentar as guias de seguro-desemprego e do levantamento do FGTS, devendo o Consignado ser notificado para que levante os depósitos ou apresente resposta até a primeira audiência, sob pena de revelia.

Requer, ainda, o julgamento TOTALMENTE PROCEDENTE da presente demanda, de modo a dar quitação total e irrestrita ao TRCT do Consignado, liberando o Consignante de todas as parcelas relativas ao contrato de trabalho, não tendo o empregado nada mais a requerer.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova no direto admitidos, especialmente a prova documental.

Dá-se a causa o valor de R\$\_\_\_\_\_ (número por extenso) reais.  
(o valor da causa é idêntico ao valor a ser depositado em juízo)

Nestes termos, pede deferimento.

Cidade, local, ano.

ADVOGADO  
Nº DA OAB